





minha suspensão em face da materia dos referidos documentos.

Se a simples narração dos actos praticados pelo Sr. Souza Franco, já como advogado, já como presidente do Rio de Janeiro, em relação a mim e ao fóro do Pirahy, deve ter tornado bem patente o motivo *razovel* de minha suspensão, a publicação dos documentos, base do acto arbitrario de S. Ex., servirá para bem qualificar o seu procedimento.

A simples leitura de tão *notaveis* documentos, ou antes *instrumentos*, seria sufficiente para qualquer pessoa comprehender até onde pôde ir a inimizade, odio e rancor do presidente da provincia, e do advogado da celebre questão de herança da finada D. Francisca Luiza de Assis, contra mim; vendo-se desde logo que o Sr. Souza Franco não duvidou ser juiz e advogado em causa propria.

E' essencial, porém, a demonstração da injustiça e arbitrariedade do acto do presidente da provincia, e, portanto, a encetarmos, fazendo precedê-la do historico de factos anteriores que têm relação com o assumpto da referida portaria e de que os leitores devem ter conhecimento para melhor qualificarem o acto do Sr. Souza Franco.

Em 19 de Janeiro recebi nesta côrte, de volta do Pirahy, um officio do presidente da provincia datado de 29 de Dezembro do anno proximo passado, em que se perguntava com que *licença* tinha largado, *ainda que temporariamente*, o exercicio do meu cargo de juiz municipal durante aquelle anno. Em resposta dirigi a S. Ex. em 20 do mesmo mez um officio, no qual lhe ponderei que usava do direito que me conferia o art. 4º do decreto de 30 de Novembro de 1853, o qual permitia aos juizes durante as férias ou dias feriados sabirem dos termos de sua jurisdicção, sempre que a elles pudessem voltar em 24 horas; e que, todas as vezes que para aqui me tinha retirado em dias santificados ou feriados do termo do Pirahy, o qual dista desta côrte *tres a quatro* horas de viagem, nenhuma necessidade tinha de licença, e menos de passar a jurisdicção, que aliás devia conservar em face das disposições do citado decreto; sendo que em dias uteis jamais deixava o exercicio do meu cargo, afóra ligeiras interrupções por motivos de molestia, como S. Ex. poderia verificar dos attestados, que tinha a honra de passar ás suas mãos, do Dr. juiz de direito da comarca e do presidente da camara do municipio, autoridades competentes para o caso.

Com o recebimento destes attestados, que devião a outro que não ao actual presidente do Rio de Janeiro servir de prova *legal* e irrecusavel que não houvera eu commetido o delicto de que cogitara S. Ex. (o defnido no art. 157 do código penal), o Sr. Souza Franco esqueceu-se de que era presidente para lembrar-se dos seus habitos e recursos de advogado, e, não dando nenhum valor á palavra dos honrados funcionarios publicos signatarios desses attestados, e desconhecendo sem daviida o valor legal delles (avisos de 3 de Abril de 1843 e 23 de Agosto de 1845), tratou de obter uma prova do meu delicto recorrendo para esse fim ao chefe de policia da provincia, cuja severidade de character ficou patente desde que propoz a reintegração de *Particifco José da Silva* e do 1º substituto do juiz municipal do Pirahy, adrogado do constituinte do Sr. Souza Franco! Já vê o publico que as unicas autoridades competentes pelos citados avisos para attestarem o meu exercicio do cargo de juiz municipal demonstrarão, e pelo meio legal, ao presidente da provincia que não tinha eu largado *ainda que temporariamente* o exercicio do dito cargo no anno de 1861, e tal prova foi desprezada por S. Ex., sem duvida porque entendeu que ficou ella destruida pelo officio que *solicitou* do chefe de policia, o qual *satisfazendo a exigencia de S. Ex.* (e porque não satisfaria S. S. a *exigencia* do Sr. Souza Franco, se o resultado de sua *severidade* podia dar-lhe com o costado em Mato-Grosso, onde a questão Paraguaya sempre é mais seria que a Kelly?) informava que o *EX-DELEGADO* DE POLICIA DO PIRAHY viera frequentemente á côrte no anno de 1861, sem procurar a S. S. para compri-mentá-lo, o que não podia deixar de considerar-se desconteza para com seu chefe. S. S. sem duvida julgou que o código penal considerava como crime a *descoresia* para com um chefe tão cortez como é *univer-*

*salmente* reconhecido o Sr. João Japiassú. O Sr. Souza Franco que lhe agradeça tão boa lembrança, que não a deixou de aproveitar em sua portaria! Será preciso fazer ainda alguma consideração a respeito dos officios do chefe de policia, e do 1º substituto do juiz municipal e do delegado de policia do Pirahy? Não de certo; seria da demasiada importancia aquillo que por sua natureza não pôde ter, e contento-me em publicá-los abaixo, para que os leitores lhes dêem a consideração ou valor que merecerem.

Ainda quando tivesse tido S. Ex. alguma denuncia anteriormente de haver eu largado a jurisdicção do meu cargo, com infracção da lei, *deveria*, em face dos attestados que apresentei como prova *irrecusavel* em contrario, decretar a minha suspensão? Appello para a resposta dos homens honestos, e estes que qualifiquem o procedimento do presidente, que não é o desprezo a uma prova *legal*, mas foi além, e, dando o facto por averiguado, applicou-me desde logo a pena de *suspensão*, que poderia ser, quando muito, a final consequencia do processo de responsabilidade, provada plenamente semelhante falta. Mas S. Ex. de certo reconheu que os meus juizes não enxergassem com os mesmos olhos os *precisos* documentos accusadores, e assim entendeu que em todo o caso eu devera ser punido, embora de um modo illegal e caprichoso.

Comprehende-se que um juiz seja suspenso do exercicio de suas funcções por faltas graves, que levem o desanimo e desconfiança aos seus jurisdicionados, e possam pôr em duvida a pratica exacta da verdadeira administração da justiça; mas, servir de base á suspensão previa o facto de que tenho me occupado, quando verdadeiro fosse, é até irrisorio, e deixa bem a descoberto a paixão mequinha da vingança, que S. Ex. quiz pôr em pratica para commigo, ainda correndo o risco de ser por todos apontados como *PREVARICADOR*.

RAYMUNDO FONTADO DE ALBUQUERQUE CAVALLANTI,  
Rio, 4 de Março de 1865.

(Continuarei.)

P. S.—Chamo a attenção do publico para os documentos que publico em seguida, a que se refere a por-

**Ao publico.**

O SR. SOUZA FRANCO, PRESIDENTE DA PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO, E A SUSPENSÃO DO DR. JUIZ MUNICIPAL DO PIRAHY.

*8 de Março de II. 65*

Habilitado finalmente com a certidão dos documentos em que se fandou o Sr. Souza Franco na sua luminosa portaria de 30 de Janeiro, para suspender-me do cargo de juiz municipal do Pirahy, passo a satisfazer o compromisso tomado no meu primeiro artigo, publicado no *Jornal* de 27 do mez proximo passado, analysando em seguida os fundamentos ou motivos d

*27 de Fevereiro*

Uma família composta de Gracinda e seus quatro  
filhos, sendo:

Polycarpo, 11 annos.

Grinaldina, 6 annos.

Gentil, 4 annos.

Uma cria de tres mezes.

E mais os escravos seguintes:

Manoel, Benguella, roceiro, 45 annos.

Joaquim, pardo, cocheiro, 28 annos.

Gregorio, pardo, 24 annos.

Antonio, Benguella, ferreiro.

João, crioulo, com defeito, 30 annos.

Maria Faustina, crioula, cozinheira e lavadeira.

N. B. Os Srs. compradores darão um signal no act  
da arrematação,



17,780:000,000

COM AUTORIZAÇÃO DO GOVERNO.

Segura, contra o risco de fogo, casas, fazendas e mercadorias de toda a especie. *CFBO 50A 1C3(2)*

Agentes nesta cõrte

JOHN MOOR, E. & C.

por me ser pedido. Rio de Janeiro, 1 de Janeiro de 1865.—O juiz de direito da comarca, *Frederico Augusto Xavier de Brito*.

(Está reconhecida a firma.)

E suspendeu-me o Sr. Souza Franco por ter deixado o exercicio do cargo de juiz municipal TEMPORARIAMENTE no anno de 1864!!!